



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

DA RESPONSABILIDADE SOCIAL À GESTÃO SOCIAL: ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA MULHERES MIL NO IF-SC CAMPUS GASPAR

Karin Beck - UFSC

Silmar Neckel Antunes - UFSC

José María Rojano Romero - UFSC

Luís Moretto Neto - UFSC

Maurício Fernandes Pereira - UFSC

RESUMO

Analisa-se a legitimidade no Programa Mulheres Mil (PMM) à luz da Gestão Social. Utilizou-se como metodologia para o estudo uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e bibliográfico, através de um estudo de caso no IF-SC *Campus* Gaspar. Deduz-se que o PMM é uma política pública compensatória, onde não se faz presente a Gestão Social, mas com características de Responsabilidade Social, utilizando como ferramenta a Tecnologia Social.

Palavras-chave: Programa Mulheres Mil. Inclusão. Responsabilidade Social.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

O CONTEXTO DO PROGRAMA

O Programa Mulheres Mil (PMM) está incluído em um conjunto de prioridades das políticas públicas e das diretrizes da política externa do governo brasileiro em torno da redução da desigualdade social e econômica de populações marginalizadas e do compromisso do país com a defesa da igualdade de gênero. O programa procura viabilizar a mulheres em situação de vulnerabilidade social uma formação educacional, profissional e tecnológica que permita elevação da escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho.

Em 2000, o Brasil assumiu o desafio de acabar com a miséria, através do alcance dos Objetivos do Milênio, promulgados pela ONU e aprovados por 191 países.

Esse compromisso faz parte do Plano de Trabalho intitulado Brasil Sem Miséria, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social, cujo objetivo principal é promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tornando residual os que vivem abaixo da linha da pobreza, aperfeiçoando e ampliando o melhor da experiência brasileira na área social.

Nesse viés, o empoderamento da mulher, adquire relevância não só pela necessidade de cumprir-se os objetivos do Compromisso com a ONU – intitulado Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD – mas, principalmente para minimizar a exclusão social, a pobreza, a fome, aumentar o acesso à educação e propiciar melhores condições de saúde.

Nasce em 2007, o projeto piloto do PMM, com o objetivo de atender até 2010, cerca de 1000 mulheres desfavorecidas nas regiões Norte e Nordeste, oferecendo formação profissional e tecnológica, garantindo o acesso à educação profissional e a elevação da escolaridade, respeitando o contexto educacional e econômico de cada comunidade. Está estruturado em três eixos: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável.

Eliezer Pacheco, Titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, comentou no livro *Mulheres Mil na Rede Federal Caminhos da Inclusão – Brasília, março 2011*:

A Educação Profissional e Tecnológica tem pelo menos duas dimensões importantes, que são a dimensão da inclusão e também a da emancipação, na medida em que não apenas inclui a pessoa numa sociedade desigual, o que é insuficiente, mas lhe dá as ferramentas necessárias para que ela construa o seu itinerário de vida e possa se emancipar e se constituir como cidadã. O Projeto Mulheres Mil tem uma dimensão extremamente importante para nós, porque simboliza e registra, de certa forma, os nossos compromissos políticos e sociais como dirigentes e coordenadores da educação profissional no nosso país. Além de trabalhar com mulheres, que na nossa sociedade sofrem diversos tipos de exclusão social, trabalha com aquelas que são mais marginalizadas no processo, as mulheres mais pobres, dedicadas às atividades menos valorizadas e que, portanto, enfrentam barreiras muito mais difíceis de serem transpostas no sentido da sua emancipação como trabalhadoras, como representantes do gênero feminino.

Para atender essa demanda o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de SC começa em 2011, junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, a gerir o PMM em três *Campi* – São Miguel D'Oeste, Gaspar e Jaraguá do Sul.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Analizando a gestão e a execução desse programa, surge a questão: **Há legitimidade na experiência do IF-SC, *Campus* Gaspar, no Programa Mulheres Mil sob a luz da Gestão Social?**

Para que possamos responder a esta pergunta, o presente artigo foi estruturado em quatro seções, onde na primeira trazemos o referencial teórico acerca de Gestão Estratégica e Gestão Social, trazendo seus pontos e contrapontos, ainda neste capítulo trazemos a Tecnologia Social e a Responsabilidade Social, para que se possa apreciar aspectos da implementação das políticas públicas e da interação governo-sociedade. No capítulo 3 descrevemos a metodologia adotada e no capítulo 4 apresentamos a pesquisa em si e seus resultados. A seguir utilizamos os critérios de análise e fazemos a conclusão do tema.

O objetivo geral é analisar o PMM do IF-SC *campus* Gaspar sob a luz da Gestão Social, e os objetivos específicos: contextualizar o surgimento do PMM como política pública brasileira; apresentar o Programa de Mulheres Mil; apresentar a construção do PMM no IF-SC, *campus* Gaspar; analisar a legitimidade da experiência do *campus* Gaspar, sob a luz da Gestão Social.

GESTÃO ESTRATÉGICA *versus* GESTÃO SOCIAL

A Revolução Iluminista coloca o homem no centro das discussões. A crença de que ele é um bom selvagem e de que a ciência pode ajudá-lo a dominar a natureza transforma as concepções morais da época. A nova organização das relações de produção é a engrenagem para as mudanças ocorridas. A partir desse contexto histórico, as ciências passam a subsumir a lógica do capital. O conhecimento passa a ser balizado pelo interesse (HABERMAS, 1982) e a ciência torna-se ela própria ideologia (HABERMAS, 1997).

Desde seu início, a Administração, uma das Ciências Sociais Aplicadas, busca entender os fenômenos sociais e organizacionais de uma maneira geral. Inicialmente, moldada pela abordagem Clássica, teve seu foco voltado unicamente para esta eficácia empresarial. Para Taylor (2010, p.24), “o principal objetivo da administração deve ser o de assegurar o máximo de prosperidade ao patrão e, ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao empregado”. Com isso, seus estudos tenderam para a racionalização e divisão do trabalho. Paralelamente aos estudos de Taylor, Fayol (1990), que defendia princípios semelhantes (especialização) e antagônicos (por ser na alta administração), acreditava que a eficiência organizacional seria alcançada através da análise da estrutura da empresa, dos órgãos que a compõem. Nesse sentido, propôs seis funções básicas de qualquer empresa: técnicas, comerciais, financeiras, segurança, contábeis e administrativas. Para Fayol (1990), cabia à função Administrativa a gestão e integração das demais, e, por este motivo, recebia um papel superior na estrutura proposta.

Esse modelo de gerenciamento abriga o processo decisório na parte superior da organização. As decisões são centralizadas e percorrem a estrutura organizacional de cima para baixo, cabendo aos níveis inferiores, apenas o papel de executores. Tal centralização de ações engloba desde o planejamento inicial até o controle final das ações previamente traçadas.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Evidentemente, esta forma de gestão não representa um bloco monolítico de ideias e proposições. As formulações a respeito de como gerir uma empresa se diversificam ao longo do tempo, fruto de contingências culturais, políticas ou tecnológicas, e em função da própria diversidade do universo empresarial. Embora seja possível reconhecer tal diversidade, permanece comum a essa modalidade de gestão o imperativo econômico conformando um padrão de racionalidade que lhe é subjacente.

O gerenciamento vindo de cima, top down portanto, reforçado pelas teorias de Max Weber (2001), Peter Drucker (2002) e outros tantos autores, permeou diversas escolas e pensamentos administrativos mantendo-se como modelo hegemônico até os dias atuais e passa a ser chamada por Michael Porter (2005), Tenório (1998) como Gestão Estratégica.

Já para Guerreiro Ramos, esta forma de gestão é chamada de Gestão Privada e corresponde à praticada pelas organizações atuando no espaço do chamado mercado. Nesse modo de gestão, a finalidade econômico-mercantil da ação organizacional condiciona sua racionalidade intrínseca, baseada em um cálculo utilitário de consequências. Segundo o autor, é a primazia da chamada racionalidade instrumental, funcional ou técnica, que torna o social, o político, o cultural, o ecológico, o estético, subordinados ou reféns do econômico, compreendido em termos estritamente mercantis. (Ramos, 1989).

Com a preocupação empresarial moderna bastante voltada para a busca de um diferencial competitivo dentro de um mercado, as empresas, e seus respectivos gestores, ocupam-se em delinear estratégias e práticas que lhes assegurem competitividade nesse mercado globalmente acirrado. Tenório (2007, p.11) conceitua Gestão Estratégica como a gestão que “atua determinada pelo mercado – portanto, é um processo de gestão que prima pela competição, no qual o outro, o concorrente, deve ser excluído e o lucro é o seu motivo”. O autor chama ainda de “gestão tecnoburocrática (combinação de competência técnica com atribuição hierárquica) e monológica” (TENÓRIO, 1998).

Para Pimentel e Pimentel (2010) no modo de gestão estratégica, há objetivos a serem alcançados, prazos a serem cumpridos e medidas de controle dos resultados financeiros, sempre de acordo com o estabelecido pela cúpula, sem dar ouvidos aos atores envolvidos na execução ou usuários.

Ainda Tenório (2007) trata da gestão estratégica como ancorada no incremento do potencial competitivo e no caráter instrumental de meios e fins. Nas relações prevalece a orientação monológica, fruto do interesse individual por parte de quem domina. Uma alternativa é apresentada pelo autor – a gestão social – como um processo gerencial, orientado pela solidariedade, concordância, inclusão social, partilhamento de saberes, onde deve prevalecer o diálogo, o coletivo, diferenciando-se em sua natureza da tradicional.

Por fim, Tenório (2011) supõe que o conceito de Gestão Social é uma utopia dada a sua pretensão antinômica ao de gestão estratégica, considerando a hegemonia da racionalidade utilitária, uma vez que não cabe na gestão social pressupostos instrumentais.

3 RESPONSABILIDADE SOCIAL

As transformações que vem ocorrendo na economia mundial alteraram a estrutura das organizações, não somente no fato de que terão que competir e produzir, senão que terão



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

que atender as demandas das partes interessadas. A definição de *stakeholders* ou partes interessadas da norma da ABNT 16001:2012 é qualquer pessoa ou grupo que tenha interesse ou possa ser afetado pelas ações de uma organização. Como exemplo temos: público interno, provedores, consumidor, cliente, instituição pública, comunidade, proprietários, banqueiros, sindicatos, órgãos governamentais, entre outros. Com isso, as organizações interferem cada dia mais no meio social, cultural e ambiental nas regiões onde se encontram situadas (ASHLEY, 2002).

Existem diferentes definições para a Responsabilidade Social, mas todas elas se referenciam à Responsabilidade Social exercida pelas empresas. Por isso, Toldo (2002) afirma que “ser socialmente responsável é prever as suas ações e realizá-las da melhor forma possível, antecipando as consequências e a dimensão dessas ações para o benefício de todos os seus públicos”. Segundo Karkotli (2006), as empresas que incorporam a Responsabilidade Social à sua gestão, conquistam melhores resultados em um mercado cada vez mais competitivo.

A Responsabilidade Social vai além da postura legal da empresa ou filantropia, ela é uma mudança significativa de atitude que implica em um foco na qualidade das relações e na geração de valor global dentro de uma perspectiva de gestão empresarial, segundo o Instituto Ethos (2007). Para Melo e Brennand (2004) se refere a um desenvolvimento sustentável; a uma qualidade de vida da sociedade e do trabalho, igualdade de oportunidades, participação da cidadania e a não discriminação das minorias, além do respeito básico pelos princípios e os valores éticos e morais.

Para Bellen (2005), a Responsabilidade Social tem um papel protagonista na planificação estratégica das empresas. Isto é devido a que o próprio Estado, como entidade, não tem a capacidade de resolver a complexa situação na qual ele vem imerso mediante políticas públicas. Com essas ideias, as ações que exercem as organizações impactam no contexto social, político e econômico no qual se encontram, por tanto, o bem estar dos cidadãos depende do compromisso das organizações com a sociedade.

Além das definições que realizam os diferentes autores, o conceito de Responsabilidade Social vem sendo definido por organismos internacionais e nacionais em formas de normativas e diretrizes. Tais organismos definem como:

A responsabilidade social se expressa pelo desejo e pelo propósito das organizações em incorporarem considerações socioambientais em seus processos decisórios e a responsabilizar-se pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. Isso implica um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, que esteja em conformidade com as leis aplicáveis e seja consistente com as normas internacionais de comportamento. Também implica que a responsabilidade social esteja integrada em toda a organização, seja praticada em suas relações e leve em conta os interesses das partes interessadas (ISO 26000:2010).

Para a ABNT NBR 16001:2012,

A responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente que: Contribua para o desenvolvimento sustentável, inclusive a saúde e o bem estar da sociedade; leve em consideração as expectativas das partes interessadas; esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

com as normas internacionais de comportamento, e esteja integrada em toda a organização e seja praticada em suas relações (ABNT NBR 16001:2012).

A ABNT NBR 16001:2012 é uma norma para sistemas de gestão que precisam ser auditados por requisitos verificáveis, permitindo que possa ser certificada uma terceira parte. Serve para demonstrar a possíveis investidores que determinadas organizações adotam boas práticas de Responsabilidade Social. Os princípios que norteiam a norma são: responsabilidade, transparência, comportamento ético, respeito pelos interesses dos *stakeholders*, atendimento aos requisitos legais e outros requisitos subscritos pela organização, respeito pelas Normas Internacionais de Comportamento e os Direitos Humanos.

Já a ISO 26000:2010 é um guia não certificado, vinculado ao processo de planificação estratégica das empresas e que serve como orientação às organizações na integração da Responsabilidade Social em sua estratégia. Os princípios que norteiam o guia são: prestação de contas e responsabilidade, transparência, comportamento ético, respeito pelos interesses das partes interessadas, respeito pelo estado de direito, respeito pelas normas internacionais de comportamento e respeito pelos direitos humanos.

A norma ISO 26000:2010 propõe seguir com os princípios norteadores para inserção da Responsabilidade Social na organização, tendo como guia uma série de temas e questões que servem como orientação. A tabela é uma enumeração dos temas centrais e questões que as organizações deverão abordar na sua estratégia quando pretendam abordar e integrar a Responsabilidade Social:

Quadro 1: Temas centrais e questões da responsabilidade social

Tema central 1	Direitos humanos
Questão 1	Diligência
Questão 2	Situações de risco para os direitos humanos
Questão 3	Evitar cumplicidade
Questão 4	Resolução de queixas
Questão 5	Discriminação e grupos vulneráveis
Questão 6	Direitos civis e políticos
Questão 7	Direitos econômicos, sociais e culturais
Questão 8	Direitos fundamentais do trabalho
Tema central 2	Práticas Trabalhistas
Questão 1	Emprego e relações de trabalho
Questão 2	Condições de trabalho e proteção social
Questão 3	Diálogo social
Questão 4	Saúde e segurança no trabalho
Questão 5	Desenvolvimento humano e treinamento no local de trabalho
Tema central 3	Meio ambiente
Questão 1	Prevenção da poluição
Questão 2	Uso sustentável de recursos
Questão 3	Mitigação e adaptação às mudanças climáticas
Questão 4	Proteção e restauração de habitats naturais
Tema central 4	Práticas leis de operação



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Questão 1	Práticas anticorrupção
Questão 2	Envolvimento político responsável
Questão 3	Concorrência leal
Questão 4	Promoção da responsabilidade social na esfera de Influência
Questão 5	Respeito ao direito de propriedade
Tema central 5	Questões relativas ao consumidor
Questão 1	Marketing justo, informações factuais e não tendenciosas e práticas contratuais justas
Questão 2	Proteção à saúde e segurança do consumidor
Questão 3	Consumo sustentável
Questão 4	Atendimento e suporte ao consumidor e solução devreclamações e controvérsias
Questão 5	Proteção e privacidade dos dados do consumidor
Questão 6	Acesso a serviços essenciais
Questão 7	Educação e conscientização
Tema central 6	Envolvimento com a comunidade e seu desenvolvimento
Questão 1	Envolvimento da comunidade
Questão 2	Educação e cultura
Questão 3	Geração de emprego e capacitação
Questão 4	Desenvolvimento tecnológico e acesso às tecnologias
Questão 5	Geração de riqueza e renda
Questão 6	Saúde
Questão 7	Investimento social

Fonte: Adaptado de ISO26000:2010.

Podemos observar que as normas vão ao encontro da gestão social, uma vez que servem como referência organizacional para a geração do bem comum onde todos os temas e questões propostas são de interesse geral e, somente pelo fato de respeitá-los e adotá-los como características próprias da organização, conseguem gerar valor na sociedade.

4 GESTÃO SOCIAL

Ainda que a Responsabilidade Social seja um avanço a lógica reinante, melhorando as estruturas de gestão nos conceitos de sustentabilidade, inclusão, respeito e bem estar, esta não consegue quebrar o paradigma monológico e excludente que representa a própria competição do mercado. A Gestão Social ultrapassa o paradigma dominante que representa o mercado, propondo uma mudança de visão com relação à Gestão Estratégica.

Fernando G. Tenório afirma que a Gestão Social foi mencionada institucionalmente pela primeira vez em 1992, todavia o autor coloca que a expressão Gestão Social foi encontrada anteriormente em um texto de Giorgio Roviada (1985), que analisava a participação socialista na Guerra Civil Espanhola.

No Brasil, a discussão sobre Gestão Social toma lugar como um movimento oposto ao movimento de implantação da Gestão Pública por Resultados, como ficou conhecida, a



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Nova Administração Pública, nos anos 80 especialmente nos anos 90, que adotou os princípios da administração gerencial definidos por Bresser Pereira.

A Gestão Social é então definida por Tenório (2002, p.126) como a “contraposição à Gestão Estratégica a medida que tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais”.

Todavia Tenório e Saraiva (2006, p.124) salientam que o “[...] termo gestão social tem sido confundido quase exclusivamente com gestão de políticas e/ou programas sociais”. Quanto a isso, Llorens (2001, p.25) coloca que:

Não se trata, pois na formulação das políticas públicas, de insistir no tipo de ações meramente compensatórias ou assistenciais nas áreas atrasadas ou carentes, ou de melhorar a ‘focalização’ dos grupos mais desfavorecidos para assegurar que as políticas redistributivas cheguem a eles efetivamente. O importante é, sobretudo, promover a iniciativa de desenvolvimento local endógeno e de geração de emprego produtivo para enfrentar, precisamente, a pobreza e a marginalização de forma mais sustentável e consistente, não somente assistencialmente. Para isso, é indispensável uma atuação de governos territoriais locais e regionais como catalisadores e animadores na criação do ‘entorno inovador’ institucional, social, econômico, político e cultural que impulse o desenvolvimento do potencial empresarial e produtivo territoriais.

Dentro desse contexto histórico da realidade brasileira, os paradigmas dominantes na administração pública no Brasil são: patrimonialista, burocrático, gerencial e societal. Os quais representam um modelo híbrido (PEREIRA, 2012). O modelo híbrido se reflete em expressões como: ‘Você sabe com quem está falando?’ que mostram um sistema hierarquizado, de dominação onde o conflito aberto é evitado. Representam o contraste entre a ‘modernidade’ e a ‘moralidade’, entre a ideologia igualitária e a individualista, e a realidade ‘hierarquizante’, complementar e holística (DAMATTA, 1990).

Segundo Pereira (2012) as categorias teóricas do pensamento social brasileiro são: ética do trabalho, ética da aventura, cordialidade (homem cordial); personalismo; autonomia; malandragem; pluralismo e hibridismo. Por outro lado, as categorias de Gestão Social são: esfera pública; emancipação social; bem comum; ação comunicativa; republicanismo; interesse público; racionalidade comunicativa e cidadania deliberativa. Percebe-se que as categorias atuais, dentre as quais está fixado o pensamento social brasileiro, são bem diferentes das propostas pelo modelo de Gestão Social.

DaMatta (1990) procurou distinguir as noções de pessoa e indivíduo, o drama de ser dois, eu sou eu e eu sou nós (Salm 2012 - anotações II Seminário de Gestão Social e Desenvolvimento), seguindo as orientações teóricas do sociólogo francês Louis Dumont. A noção de indivíduo é caracterizada por "eu individual", "repositório de sentimentos, emoções, liberdade, espaço interno, capaz, portanto, de pretender a liberdade e a igualdade, sendo a solidão e o amor dois de seus traços básicos, e o poder de optar e escolher, um dos seus direitos mais fundamentais". Pelo contrário, nas sociedades onde prevalece o social, o indivíduo completa a totalidade, o conceito de pessoa prevalece.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

No Brasil o egoísmo está condenado entre os brasileiros, já que é considerado sinônimo de individualismo, o que faz prevalecer à condição de pessoa acima do indivíduo. (DaMatta, 1990)

Nesse contexto, podemos pensar em um mundo em transformação, quando Heidemann (2012 - anotações II Seminário de Gestão Social e Desenvolvimento) comentando Guerreiro Ramos, coloca que o Estado está a serviço da cidadania, para construir e ajudar o cidadão brasileiro a entender o seu papel na sociedade.

Guerreiro Ramos (1989, p.184), define um modelo de análise e planejamento multidimensional para os sistemas sociais, “contrariamente aos modelos centrados no mercado, o paradigma paraeconômico fornece um arcabouço sistemático para desenvolvimento de um impulso multidimensional e delimitativo, em relação ao processo de formulação de política”. Ainda segundo Ramos:

O paradigma paraeconômico advoga uma sociedade suficientemente diversificada para permitir que seus membros cuidem de tópicos substantivos de vida, na conformidade de seus respectivos critérios intrínsecos, e no contexto dos cenários específicos a que esses tópicos pertencem. “[...]“a paraeconomia pode ser entendida também como proporcionadora da estrutura de uma teoria política substantiva de alocação de recursos e de relacionamentos funcionais entre enclaves sociais, necessários à estimulação qualitativa da vida social dos cidadãos (RAMOS, 1989, p.177-178).

Tenório (Tenório 2012 - anotações II Seminário de Gestão Social e Desenvolvimento) comenta que Guerreiro Ramos traz um conceito de resistência à gestão estratégica e ao neoliberalismo e a utilização do conhecimento estrangeiro como subsidiário ao conhecimento nacional.

5 TECNOLOGIA SOCIAL

O conceito de Tecnologia Social (TS) aqui trabalhado foi o adotado pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS), resultado de um trabalho coletivo, que contou com a participação de mais de 80 instituições, entre movimentos e organizações da sociedade civil, órgãos do poder público e entidades de ensino e pesquisa e diz respeito ao “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida”. Similar a este conceito também podemos aceitar o adotado pela Rede de Tecnologia Social (RTS): “compreendem produtos, técnicas e metodologias desenvolvidas na interação dos saberes científico e popular e que representam efetivas soluções de transformação da sociedade”.

Ainda, de acordo com o ITS, a TS implica:

- a) compromisso com a transformação social;
- b) criação de um espaço de descoberta e escuta de demandas e necessidades sociais;
- c) relevância e eficácia social;
- d) sustentabilidade socioambiental e econômica;
- e) inovação;
- f) organização e sistematização dos conhecimentos;
- g) acessibilidade e apropriação das tecnologias;



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

- h) um processo pedagógico para todos os envolvidos;
- i) o diálogo entre diferentes saberes;
- j) difusão e ação educativa;
- k) processos participativos de planejamento, acompanhamento e avaliação;
- l) a construção cidadã do processo democrático.

Para Bava (2004), as TS são tidas como métodos e técnicas que incentivam determinados processos de empoderamento das representações coletivas da cidadania, de forma a capacitá-las a lutar nos espaços públicos por alternativas inovadoras orientadas para a defesa dos interesses das maiorias, pela distribuição de renda e consequente inclusão social. Características presentes tanto na definição do ITS quanto no RTS.

A lógica é que o fundamento básico vem revelar que a referida tecnologia é oriunda de uma construção coletiva que tem seu laboratório vivo na sociedade e, por isso, é fruto de um esforço na direção do desenvolvimento sustentável.

Rodrigues e Barbieri (2008), Rodrigues (2010) e Pena (2004) defendem que o processo de produção de tecnologia social deve ser direcionado à emancipação dos atores envolvidos (os produtores ou usuários da tecnologia). Desta maneira, temos soluções construídas coletivamente pelos principais beneficiados.

O ITS (2012) apresenta quatro dimensões e 13 características como proposta para um indicadores que possibilite caracterizar de forma pluridimensional as Tecnologias Sociais, e consequentemente, diminuir a carga de subjetividade correspondente: a aprendizagem e participação enquanto processos que caminham juntos; a transformação social que implica na compreensão da realidade de maneira sistêmica e a transformação social que ocorre enquanto existe o respeito às identidades locais e compreensão de que qualquer indivíduo é capaz de gerar conhecimento e aprender. De suas características, derivam-se de forma importante a dimensão educativa e a consecução do máximo empoderamento de seu público-alvo.

Quadro 2 – Dimensões e indicadores de Tecnologia Social.

Dimensões	Características/Indicadores
Conhecimento, Ciência, Tecnologia e Inovação:	1. Objetiva solucionar problemas sociais
	2. Demanda social
	3. Organização e sistematização
	4. Grau de inovação
Participação, Cidadania e Democracia	5. Democracia e cidadania
	6. Metodologia participativa
	7. Disseminação
Educação	8. Processo pedagógico
	9. Diálogo entre saberes
Relevância Social	10. Apropriação/Empoderamento
	11. Eficácia
	12. Sustentabilidade
	13. Transformação social



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Fonte: Instituto de Tecnologia Social, 2012, p.11.

Ainda de acordo com relatórios do ITS (2004), as TS devem:

- a) ser relevantes socialmente, conseguindo eficácia e eficiência nas respostas aos problemas que se propuseram resolver.
- b) obter impactos sociais ou efeitos significativos de inclusão social, diminuição da injustiça social, de bem-estar, de melhoria das condições e qualidade de vida.
- c) fundamentar-se no âmbito dos direitos humanos e contribuir com sua efetivação ou realização.
- d) consequentemente, ter qualidades de cidadania e adotar métodos participativos em diferentes níveis e formas.

O objetivo final das TS trata de ofertar soluções a problemas ligados à segurança alimentar, ao desenvolvimento local, à geração de trabalho e renda, à saúde, moradia e agricultura familiar, incluindo temas como ecologia, Tecnologia Assistiva e promoção dos direitos humanos.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo como norte o problema de pesquisa e os objetivos específicos, a pesquisa foi definida como sendo uma investigação qualitativa em forma de estudo de caso de caráter descritivo e bibliográfico.

Para Gil (2008) a investigação científica qualitativa analisa uma amostra, não necessariamente representativa da população, onde o objetivo maior é entender os sentidos das decisões tomadas sem a intenção de mensurá-la. A busca da investigação visa a atributos, características e qualidades de um acontecimento.

O PMM no IF-SC iniciou com uma chamada pública em 2011, onde participaram os *campi* São Miguel D'Oeste, Jaraguá do Sul e Gaspar. Decidiu-se pela análise do programa no *campus* Gaspar, principalmente pela acessibilidade dos pesquisadores.

Dentre as várias formas que a pesquisa qualitativa pode assumir, neste trabalho, o método de investigação aplicado foi o estudo de caso, considerado um dos mais relevantes por Triviños (1987) e Yin (2003).

Para Yin (2003) questões do tipo “como” e “porque” são explanatórias e levam ao uso de estudos de caso uma vez que lidam com ligações operacionais que necessitam ser traçadas ao longo do tempo, em vez de serem encaradas como meras repetições ou incidências, não exigem controle de eventos de comportamento e foca em acontecimentos contemporâneos.

Quanto aos seus objetivos, podemos classificar o estudo proposto como sendo descritivo, uma vez que o mesmo descreve as características do fenômeno ou população, ou então o estabelecimento de relação entre as variáveis (GIL, 2008). O ambiente natural será a fonte direta para coleta de dados e o investigador, o instrumento utilizado para realizar a descrição dos acontecimentos (LAKATOS; MARCONI, 1986).

A pesquisa descritiva é caracterizada pela riqueza da descrição das pessoas, situações e acontecimentos, inclui transcrições de entrevistas e depoimentos e todos os dados da realidade são considerados importantes (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

O roteiro seguido na coleta de dados deste trabalho foi o proposto por Yin (2003) e defende que temos seis fontes de evidências que podem ser exploradas na busca pelos dados do caso: documento; registros em arquivos, entrevistas, observações diretas, observação participante e artefato físico. Para o desenvolvimento desta investigação, os dados utilizados serão coletados por meio de análise de documentos e referências e entrevistas semi-estruturadas com a coordenadora do PMM no IF-SC Silvana Maria Frigotto. Triviños (1987) defende que a escolha deste tipo de entrevista para formalizar o início da pesquisa de campo e pode ser um dos principais recursos ao pesquisador, como técnica de coleta de dados.

A análise documental e bibliográfica será caracterizada principalmente pelo levantamento de dados e informações em livros, periódicos, entrevistas, teses e dissertações disponíveis nos mais diversos tipos de arquivos físicos ou virtuais.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1 PROGRAMA MULHERES MIL

O PMM está dentro de um conjunto de prioridades de política públicas do governo brasileiro, sob o “guarda-chuva” do Plano de Trabalho intitulado Brasil Sem Miséria, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Logo, podemos classificar como uma política pública de caráter compensatório, em um modelo de gestão estratégico, com enfoque *top down*.

Segundo Cury (2005), as políticas compensatórias visam

corrigir as lacunas deixadas pelas insuficiências das políticas universalistas. Com isso se pretende equilibrar uma situação em que a balança sempre tendeu a favorecer grupos hegemônicos no acesso aos bens sociais, conjugando assim ao mesmo tempo, por justiça, os princípios de igualdade com o de equidade. Além disso, compreendida a melhor escolaridade, elas atendem à dimensão de uma inserção profissional mais qualificada e com isso ancoram em uma base maior de inteligência o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Mas não se pode ignorar um certo risco populista que as políticas diferencialistas podem incorporar (CURY, 2005 p. 24).

O plano Brasil Sem Miséria do MDS possui três eixos de atuação: garantia de renda; acessibilidade aos serviços públicos e inclusão produtiva. Na área urbana tal plano busca gerar ocupação e renda para os mais pobres, entre 18 e 65 anos de idade, mediante cursos de qualificação profissional, intermediação de emprego, ampliação da política de microcrédito e incentivo à economia popular e solidária, beneficiando dois milhões de brasileiros. Dentro desse leque deverão ser ofertados mais de duzentos tipos de cursos por meio das escolas técnicas, pelo Sistema S e outras redes parceiras, sendo que os cursos deverão estar sintonizados com a vocação econômica de cada região. O PMM está inserido no eixo de Inclusão Produtiva e tem como objetivo propiciar a mulheres em situação de vulnerabilidade social a oportunidades de ocupação e renda por meio da oferta de cursos de formação inicial e continuada com um mínimo de 160 horas cada.

O PMM está dentro do Plano de Trabalho do Ministério do Desenvolvimento, porém sua execução é realizada pelo Ministério da Educação – MEC - através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC - por meio dos Institutos Federais, antigas



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Escolas Técnicas. Caracteriza, portanto, uma situação de gestão estratégica onde a decisão é tomada centralizadamente e cuja execução é delegada a outros níveis da estrutura governamental.

O Programa é executado em um sistema de cooperação entre o governo brasileiro e o canadense, representado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI) e a Associação do *Colleges* Comunitário do Canadá (ACCC) e *Colleges* parceiros. Seu projeto piloto foi iniciado em 2007, nas Regiões Norte e Nordeste do país, tendo como ponto de partida os modelos de acesso dos *colleges* canadenses que garantem capacitação profissional das populações desfavorecidas como os aborígenes e imigrantes. Adaptadas à realidade brasileira, as atividades incluíram o desenvolvimento de infraestruturas, políticas e procedimentos que propiciassem o acesso e viabilizassem:

- a) processos de busca, ingresso e aconselhamento;
- b) personalização e/ou elaboração de metodologias para avaliação e o reconhecimento de aprendizagem prévia e de identificação vocacionais e profissionais;
- c) sistematização e oferta de programas de formação/capacitação e a criação de instrumentos para os Institutos Federais se relacionarem com a comunidade de empregadores.

Além disso, segundo informa o MDS, percebeu-se que para a implantação efetiva se fazia necessária a parceria e apoio das secretarias municipais responsáveis pelas políticas de assistência social, de trabalho, de saúde, de educação, entre outras.

Em 2011, o PMM foi instituído por meio da Portaria do MEC nº 1.015, de 21 de julho de 2011, assumindo de fato a formalização como política pública e tendo como principais diretrizes:

- a) possibilitar o acesso à educação;
- b) contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres;
- c) promover a inclusão social;
- d) defender a igualdade de gênero;
- e) combater a violência contra a mulher.

Em 2012, cento e um *campi* de Institutos Federais foram selecionados e convocados por chamada pública a apresentar propostas de adesão ao programa. A escolha seguiu critérios como distribuição regional das unidades de ensino, localização em município integrante dos Territórios da Cidadania e concentração de pessoas em situação de extrema pobreza. Cada núcleo do programa teve um aporte financeiro de R\$ 100.000,00 para atender a um número mínimo de cem mulheres inscritas. Este recurso deve ser distribuído aproximadamente 70% no auxílio financeiro das pessoas atendidas e 30% em material de consumo/didático.

De acordo com a ABNT, este programa pode ser enquadrado como de responsabilidade social, ao passo que vem a ser uma ação governamental, respondendo por suas decisões de um passado recente, naqueles territórios, que refletiram/desencadearam o atual cenário social. Se observadas a ISO (quadro 1), tema central 1 (direitos humanos) e 6



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

(envolvimento com a comunidade e seu desenvolvimento) também teremos o mesmo enquadramento.

6.2 PROGRAMA MULHERES MIL NO IF-SC *CAMPUS* GASPAR

O IF-SC aderiu ao PMM (PMM), através dos *campi* contemplados na primeira Chamada Pública MEC/SETEC – 01/2011 de setembro de 2011. São eles: São Miguel do Oeste, Gaspar e Jaraguá do Sul.

Segundo Silvana M. Frigotto, Coordenadora do PMM no IF-SC, a implementação do PMM, foi através da construção do curso FIC (Formação Inicial e Continuada) de Introdução ao PMM, possibilitando o reconhecimento de saberes prévios, proporcionando fundamentos básicos, observação, estudos, levantamento de dados para planejamento das etapas posteriores, de acordo com o desejo e as necessidades das alunas. As quais podem ser: nível de escolaridade, opção de formação profissional, até a incubação de empreendimentos populares. A oferta pode contar de forma concomitante e articulada com outros programas e instituições parceiras.

A Coordenadora do PMM no IF-SC aponta que dados coletados junto às empresas da região e junto às próprias alunas, apontam índices bastante alarmantes de violência doméstica. Nas aulas realizadas que de alguma maneira tangenciam esse tema, ficou claro que mais de 80% das alunas presenciaram ou sofreram/sofrem violência doméstica, o que contribui enormemente para problemas como depressão, baixa autoestima e para fomentar o subemprego e a exploração da mulher.

O programa no IF-SC foi concebido e replicado aos *campi* que aderiram ao PMM, para facilitar o acesso ao conjunto de serviços e métodos, além de sistemáticas de aproximação, compreensão e diálogo com a comunidade/mulheres atendidas, que possibilite o processo de inclusão de populações não tradicionais no IF-SC, mulheres moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, sem o pleno acesso aos serviços públicos básicos, ou integrantes dos Territórios da Cidadania.

Podemos classificar aqui, o PMM como um programa de tecnologia social, uma vez que, de acordo com o Instituto de Tecnologia Social (ITS) tecnologia social é um “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” com vistas à emancipação das mulheres envolvidas.

O município de Gaspar, de acordo com o censo 2010, possui IDH de 0,832. Ainda que esse índice seja elevado dentro da realidade brasileira e da realidade regional, percebe-se, principalmente nas regiões periféricas do município, bolsões de pobreza, em que a população se encontra em situação de vulnerabilidade social, sendo o tráfico de drogas e o subemprego duas questões fortemente mencionadas pelos atores sociais que se envolveram no projeto.

O *campus* Gaspar foi incluído no PMM em novembro de 2011, devido à desistência de outros *campi* dos IF's selecionados na Chamada Pública. A partir daí, os responsáveis pelo processo começaram a articular-se com os demais atores sociais envolvidos no contexto do *campus* e ao contexto do município e dos municípios situados no entorno, para garantir que o programa se efetivasse.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Nessa primeira etapa foram contatados:

- a) SDR – Secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau e de Gaspar, que articularam o diálogo com os CRAS;
- b) EJA e CEJA – Educação de Jovens e Adultos de Blumenau e Gaspar;
- c) Postos de Saúde da Família de Gaspar;
- d) Secretaria de Educação do Município de Gaspar – Educação infantil e básica;
- e) FURB – Universidade Regional de Blumenau.

As SDRs, os CRAS, a EJA, os Postos de Saúde da Família e a Secretaria de Educação do Município, além de fornecerem dados a respeito do público vinculado ao cadastro-geral de famílias assistidas pelos programas sociais existentes na cidade de Gaspar e na cidade de Blumenau (cidade da qual o *campus* dista cerca de 12 km), auxiliaram na divulgação do programa e inscrição das alunas.

Elegeu-se como público alvo a comunidade da Marinha (situada nas proximidades do *campus*), as serventes, as vigilantes e as equipes vinculadas à limpeza do *campus*, dos Centros de Educação Infantil e Escolas de Educação Básica do entorno, as usuárias do Posto de Saúde ao lado do *campus*. Os critérios para escolha desse público foram a proximidade com o *campus* e, principalmente, a condição socioeconômica.

Foram inscritas 216 mulheres, dentre as quais selecionadas 100 para iniciarem suas atividades em dezembro de 2011 e outras 100 para fevereiro de 2012.

No dia 16 de dezembro de 2011, foram recepcionadas as primeiras 100 alunas e, através de questionários aplicados com discussão conjunta, delineadas as turmas, dias e horários em que as aulas ocorreriam, bem como foram definidas as abordagens que seriam dadas aos conteúdos trabalhados em cada unidade curricular do curso. Fica claro neste instante a preocupação do agente responsável pelo programa com a realidade local, realidade das participantes.

O segundo grupo foi recepcionado em fevereiro de 2012, passando pelo mesmo processo de inclusão e construção do curso, respeitando suas demandas de qualificação profissional e possibilidades de horário para as aulas. Com base nos dados levantados, as alunas foram integradas às turmas já existentes além de formada mais uma turma.

A estrutura do curso básico contemplou:

- a) portfólio e mapa da vida;
- b) saúde e meio ambiente;
- c) linguagem e vivência matemática;
- d) linguagens, códigos e suas tecnologias;
- e) cidadania e direitos da mulher;
- f) desenvolvimento social e sustentabilidade;
- g) informática instrumental;
- h) língua estrangeira moderna.

Na fala de Silvana Frigotto, nota-se que as parcerias com os diversos atores sociais, foram essenciais, destacando-se a realizada com Universidade Regional de Blumenau, que auxiliou em diversas etapas, principalmente no módulo de permanência e êxito com palestras, oficinas e workshops na área de educação matemática, língua estrangeira moderna e



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

gastronomía, áreas esas que se integraron al curso básico ofrecido a las mujeres atendidas por el Programa.

Salienta Silvana que el recurso para el Programa contempla apenas auxilio a las estudiantes y material pedagógico o consumo, los profesores y técnicos administrativos del IF-SC y los demás involucrados no reciben auxilio financiero, a cualquier título, tratándose apenas de un compromiso solidario.

Estas acciones refuerzan la tecnología social cuando cumplen con los objetivos que el ITS estipula, a saber: compromiso con la transformación social; creación de un espacio de descubrimiento y escucha de demandas y necesidades sociales; relevancia y eficacia social; sustentabilidad socioambiental y económica; innovación; organización y sistematización de los conocimientos; accesibilidad y apropiación de las tecnologías; un proceso pedagógico para todos los involucrados; el diálogo entre diferentes saberes; difusión y acción educativa; procesos participativos de planeamiento, acompañamiento y evaluación; y la construcción ciudadana del proceso democrático, y cumplen las características y consecuentemente sus dimensiones (cuadro 2), también propuestas por el ITS.

El PMM en el *campus* Gaspar, tuvo en 2012, un total de 123 inscritas, con una evasión del 13%, de las cuales 4% para el PROEJA, conforme a los datos repassados por la Coordinadora del PMM en el IF-SC.

De acuerdo con los datos secundarios de documentos del MDS, MEC y IF-SC y entrevista con la coordinadora del proyecto Mujeres Mil en el IF-SC, queda claro que, a pesar de que el PMM se encuadra como una tecnología social y un programa de responsabilidad social, no puede ser considerado un ejemplo de gestión social. Al tener sus objetivos y directrices tratados por el ejecutivo federal, vía MEC y MDS, que imponen la realización del programa por parte de los IF's, observamos en la práctica una aplicación de la llamada gestión estratégica. Como sus objetivos están vinculados a la responsabilidad social y tecnología social, tenemos el programa como una política pública asistencialista compensatoria.

7 CONSIDERACIONES FINALES

El programa de mil mujeres, es una política compensatoria, que es impuesta por el gobierno central. Sirve para compensar la desigualdad existente en la sociedad y entre hombre y mujer. Algunas de las razones por las que aún existe esta desigualdad son: la fuerza física superior de los hombres en relación a las mujeres y el ensino sexista, que supone que los hombres son superiores a las mujeres, con la obligación de traer la comida para casa y dejar a la mujer al mando de la casa. Esta combinación de elementos hace que la mujer no sea vista con igualdad. Entonces, para compensar este tipo de caso, políticas compensatorias son usadas para combatir el abuso de los hombres sobre las mujeres.

Si analizáramos los presupuestos de la gestión social y el programa de mil mujeres, se concluye que son incompatibles, pues el programa supone que las mujeres son dependientes y encuentran-se en situación de vulnerabilidad. Para hacer Gestión Social estas mujeres deberían tener autonomía, ser independientes y participar de las decisiones del programa, ser ciudadanas con poder deliberativo. Este programa supone que el ensino de hombres y mujeres está equivocado, pues si hubiera un trabajo desde la educación básica, con padres e hijos,



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

este tipo de situación sería mínima, em vez de criar um programa geral para as mulheres em risco de exclusão, investiria-se em um program de ensino técnico, efetivamente capacitador. Assim, o problema esta na base da sociedade, sendo o programa a simples aplicação de um paliativo. A partir desse ponto, pode se analisar a partir de duas perspectivas: se a política está sendo eficiente, pois é um programa gerencialista e baseado na responsabilidade social, em que recursos públicos são investidos, então temos que analisar se o investimento está dando o retorno esperado ou não. O segundo ponto é se essa política é correta ou não, esta é a análise proposta Double-looping que propõe Argirys (1977).

A primeira pergunta pode ser respondida apenas parcialmente, uma vez que não são conhecidos os resultados no campus Gaspar de transferência de tecnologia social para a mulher, isso poderá se comprovar através de avaliação e monitorimento das mulheres durante o curso e após em relação aos resultados esperados O que podemos analisar é o meio material, os recursos humanos oferecidos pelo campus e os recursos financeiros (bolsas) previstos para as mulheres à sua subsistência e manutenção durante o curso. O primeiro o IF-SC pososui, proporcionando espaço e equipamentos para as alunas realizarem o curso. No entando, os recursos humanos são limitados, pois os professores são voluntários, que pelo pouco tempo de vida do Campus Gaspar apresentam carga horária disponível, o que a médio prazo poderá se inviabilizar tendo em vista a demanda de aulas para os cursos técnicos, vocação efetiva dos IF's, mas são fornecidos os recursos humanos necessários. Quanto a bolsa recebida pelas mulheres, deve ser analisada caso a caso, se atende as necessidades dessas mulheres para permanecer no curso. Contudo, o objetivo do curso a partir da perspectiva da gestão social deve ser a plena integração social das mulheres, dando-lhes a independência e capacidade de decisão para que possam participar das políticas públicas e expressem suas necessidades. Dentro dessa ótica o curso teria que fixar como seus objetivos: a autonomia da mulher, seu empoderamento, e o conhecimento do poder público a fim interagir com este e conseguir ter voz e voto.

A segunda questão é que é uma política de natureza limitada e o IF-SC não possui como missão capacitar as mulheres em situação de vulnerabilidade e risco de exclusão, mas a formação científica na área de tecnologia. A idéia do PMM é oportuna, mas não o local e o método de aplicação. Uma vez que é um problema geral, precisa ser mais amplo e com a participação conjunta de homens e mulheres. Porque apesar das ferramentas de tecnologia social, estas mulheres não serão tão facilmente emancipadas desse homem que as ameaça ou da pobreza em que se encontram.

A implementação dessa política e a oferta desses cursos deveriam estar mais próximos dessa população, nas comunidades em que se encontram, onde professores, pedagogos, assistentes sociais e estudantes poderiam definir melhor sua realidade e condições de vida, aumentando a conscientização em todas as partes interessadas de uma mudança na atitude geral, e não apenas na própria mulher.

Outra observação a ser feita é quanto à natureza assistencialista, como política compensatória. As políticas de redução da pobreza historicamente não têm chegado à grande maioria da população que continua sobrevivendo com recursos cada vez mais escassos, elevando ainda mais o seu grau de vulnerabilidade. Vivendo ao nível de subsistência, de



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

necessidade extrema (fome e sede), sempre recorrendo a instâncias externas, que nada mais são do que políticas compensatórias (assistencialistas e emergenciais) e que gera apenas dependência à grande massa de excluídos, tamanha é a sua carência. Como política compensatória (nasce na ONU em um modelo *top down*), o PMM sozinho não é emancipatório, apensar de que, como Tecnologia Social, ainda contribua para que ela ocorra. E a essa população, ou em nosso caso as mulheres atendidas pelo PMM, tornam-se apenas massa de manobra do governo, gerando uma característica de clientelismo.

REFERÊNCIAS

- ABNT NBR 16001: 2012. Disponível em: <http://www.abntcolecao.com.br/login.aspx>
- ASHLEY, P. de A. (coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BAVA, S. C. Tecnologia social e desenvolvimento local. *In: Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*, Rio de Janeiro: 2004.
- BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica**. Cad. Pesqui. [online]. 2005, vol.35, n.124, pp. 11-32.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 5 ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1990.
- DRUCKER, P. F. **Administrando para obter resultados**. 1ª Ed. SAO PAULO: Thomson, 2002.
- FAYOL, Henry. **Administração Industrial e Geral**: Previsão, Organização, Comando, Coordenação e Controle. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1997.
- _____. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL – ITS, disponível em: <http://www.itsbrasil.org.br>
- INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL – ITS. Tecnologia social: experiências exemplares - I. / Instituto de Tecnologia Social (Org.). São Paulo: ITS BRASIL/MCTI-SECIS, 2012. Disponível em: http://www.itsbrasil.org.br/sites/itsbrasil.org.br/files/digite_o_texto/tecnologia_social_experiencias_exemplares1_miolo_391_baixa.pdf
- INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL - ETHOS. **Guia de elaboração de relatório e balanço anual de responsabilidade social empresarial**. São Paulo: Instituto Ethos, 2007.
- ISO 2600:2010. Disponível em: <http://www.iso.org/iso/home/standards/iso26000.htm>
- KARKOTLI, G. **Responsabilidade Social Empresarial**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local**: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.
- LÜDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MELO NETO, Francisco Paulo de; BRENNAND, Jorgiana Melo. **Empresas Socialmente Responsáveis**: o novo desafio da gestão moderna. Rio de Janeiro: QualyMark, 2004b.
- PENA, J. O. Tecnologia social: a experiência da Fundação Banco do Brasil na disseminação e reaplicação de soluções sociais efetivas. *In: Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*, Rio de Janeiro: 2004.
- PEREIRA, José Roberto. Contribuições do pensamento social brasileiro para a gestão social. Pro-adm capes gestão social. Lavras, novembro, 2012
- PIMENTEL, M. P. C.; PIMENTEL, T. D. **Gestão Social: Perspectivas, Princípios e (De)Limitações**. VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. Florianópolis, maio de 2010.
- PORTER, Michael. **Estratégia Competitiva**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2005.
- PROGRAMA MULHERES MIL. Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br> ; <http://mds.gov.br> ; <http://www.ifsc.edu.br/ensino/mulheresmil> ; http://www2.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989
- REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS, disponível em <http://www.rts.org.br>
- RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C.. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: 42 (6), nov./dez. 2008.
- RODRIGUES J. S. Tecnologias Sociais e Políticas Públicas – Um exercício de Democratização para o Desenvolvimento Social. *In: Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável*: Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação. Disponível em: <http://www.rts.org.br/bibliotecarts/livros/tecsocialdessust.pdf>
- ROVIDA, G. A revolução e a guerra na Espanha. *In: HOBBSBAWN, Eric J. (Org.) História do marxismo VI*: o Marxismo na época da Terceira Internacional; A Internacional Comunista de 1919; As Frentes Populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985
- TAYLOR, F. W. **Princípios da administração científica**. 8. ed. 15. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.
- TENÓRIO, F. G. (Org.). **Gestão Social – Metodologia, Casos e Práticas**. São Paulo. Ed. FGV, 5º Ed. 2007.
- TENÓRIO, F. G. et al. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, set./out. 1998, p. 7-23.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

_____. **Tem razão a administração?** Ensaios de teoria organizacional e gestão social, Ijuí: Unijuí, 2002.

_____.; SARAIVA, H. J. Escorços sobre gestão pública e gestão social. In MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. **Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo.** 2 Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, 340p.

TOLDO, M. (2002). **Responsabilidade social empresarial.** In *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades* (pp. 71-102). São Paulo: Peirópolis.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** 1ªEd. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

YIN, Robert K. **Applications of case study research.** 2ªed. Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications, 2003.